

# ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS: DIREITOS, DESAFIOS E IMPACTOS NA PROTEÇÃO DE VÍTIMAS

Guilherme Cerqueira Dos Anjos Franco  
Brad Braz Silva

**Centro Universitário UNA**  
Direito, Linha verde, ana.c.marques@prof.una.br

## Introdução

A violência de gênero no Brasil afeta milhões de mulheres, manifestando-se em formas diversas como física, psicológica, sexual e patrimonial. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) trouxe importantes avanços no combate à violência doméstica, especialmente com as Medidas Protetivas de Urgência. Contudo, desafios como a cultura patriarcal, a burocracia e o medo de represálias ainda dificultam sua plena aplicação. Este estudo avalia a eficiência dessas medidas, considerando mudanças legislativas, como a Lei 14.550/2023

## Objetivos

- Investigar a eficácia das Medidas Protetivas de Urgência.
- Analisar o impacto da Lei 14.550/2023 na proteção das vítimas.
- Identificar desafios enfrentados pelas mulheres ao buscar proteção.
- Propor melhorias para o sistema de políticas públicas de proteção às vítimas de violência doméstica.

## Metodologia

- Análise Documental: Estudos legislativos sobre a Lei Maria da Penha e suas alterações.
- Dados Estatísticos: Painéis de monitoramento do Tribunal de Justiça de São Paulo e Maranhão.
- Revisão Bibliográfica: Pesquisa em literatura acadêmica sobre violência de gênero, patriarcado e feminicídio.

### Resultados

- Crescimento de Casos: Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram aumento de 2,9% em agressões e 7,2% em ameaças em 2023.
- Desafios na Implementação: Falta de provas, resistência dos agressores e desinformação dificultam a eficácia das medidas.
- Impacto Regional: São Paulo lidera em concessões de medidas protetivas, enquanto estados como Maranhão enfrentam barreiras operacionais.

Gráficos e tabelas (como taxa de concessão de medidas e comparação regional) ilustram os dados coletados.

## Resultados

O artigo aborda a violência de gênero, que atinge milhões de mulheres no Brasil em várias formas, como violência física, psicológica, sexual e patrimonial. Com base na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a pesquisa examina a eficácia das Medidas Protetivas de Urgência, um importante marco legal na proteção das vítimas de violência doméstica. Apesar dos avanços, o acesso e a aplicação dessas medidas enfrentam desafios como a cultura patriarcal, o medo de represálias e barreiras burocráticas. A recente Lei 14.550/2023 busca ampliar e facilitar o acesso às Medidas Protetivas, mas ainda carece de avaliação crítica quanto à sua implementação. O estudo visa avaliar a eficiência dessas medidas considerando mudanças legislativas, direitos garantidos e obstáculos para as vítimas, propondo uma análise em três capítulos sobre a Lei Maria da Penha, formas de violência e uma revisão das medidas protetivas. O artigo espera contribuir para uma visão mais aprofundada das políticas de proteção e a promoção da igualdade.

## Conclusões

As Medidas Protetivas de Urgência representam um avanço significativo, mas ainda enfrentam desafios para sua plena implementação. O medo de represálias, a burocracia e a desinformação são barreiras que precisam ser superadas. A recente Lei 14.550/2023 é um passo importante, mas exige monitoramento contínuo para garantir sua eficácia. Políticas públicas robustas, educação para igualdade de gênero e atendimento humanizado são fundamentais para a erradicação da violência doméstica.

## Bibliografia

Referências citadas no trabalho, incluindo:

- Leis e mudanças legislativas (Lei Maria da Penha, Lei 14.550/2023).
- Relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Estudos acadêmicos sobre violência de gênero e feminicídio.

## Agradecimentos

Agradecemos:

- Aos orientadores e colaboradores pela orientação e suporte.
- Às instituições que forneceram dados e apoio técnico.
- À comunidade acadêmica pela troca de conhecimentos.

